

Diretora nova, ideias e práticas antigas.

A Eletrobras é uma empresa pública construída com a função de levar energia elétrica para os lares e empresas brasileiras, garantindo acessibilidade e qualidade necessárias ao desenvolvimento social e econômico do país. Ao longo de sua existência suas funções foram aperfeiçoadas para, em um ambiente competitivo, dar ao Estado brasileiro um poderoso meio de implementar políticas públicas e projetos de incentivo à economia privada.

Entretanto, infelizmente para o país e sua população, aos poucos, toda a estrutura criada pela Eletrobras tem sido desvirtuada para outra função: gerar lucros fáceis para uns poucos especuladores privilegiados.

Com dificuldade para legitimar a privatização da Eletrobras para opinião pública ([pesquisas mostram que a população rejeita a privatização](#)) e com problemas para articular a aprovação da privatização no congresso, os ministérios de Minas e Energia e da Economia trabalham para ir privatizando a empresa por dentro, mudando sua forma de atuação e objetivos. E isso ocorre também na composição dos cargos mais elevados, que vão sendo ocupados cada vez mais por nomes do "mercado" (nome dado aos representantes dos setores rentistas), indicados por um pequeno grupo de grandes acionistas minoritários que tomaram conta da alta administração da Eletrobras (Diretoria Executiva e Conselho de Administração). A nomeação da nova diretora de Conformidade não foge à regra e ocorre nesse contexto, com agravantes, mas vamos por partes.

O papel da nova diretora deve ser trabalhar pela transparência na gestão da Eletrobras a ser regida pela ética, seja nas relações com fornecedores, governo, instituições relacionadas ou com os trabalhadores e trabalhadoras da empresa. Nossa experiência recente mostra que o papel da Diretora de Governança e Compliance tem sido de Engavetora Geral de Denúncias, principalmente quando estas são direcionadas contra o senhor Wilson Ferreira Pinto Junior,

exatamente o contrário do que deveria ocorrer.

Cabe lembrar ainda que, como mostra vasta literatura sobre o tema, o papel da governança corporativa na nossa sociedade tem sido o de garantir uma estrutura hierárquica que privilegia os resultados de curto prazo, a valorização das ações e o pagamento de dividendos¹. Ou seja, por trás do discurso de governança está o interesse de acionistas em busca de lucros de curto prazo.

Na Eletrobras, a nomeação de cargos de diretoria e conselho tem ocorrido de forma a privilegiar nomes alinhados aos acionistas privados, com pouco ou nenhum compromisso público, que ignoram o papel estratégico da empresa no desenvolvimento do Brasil, em nome de interesses privados. O anúncio de seleção por empresa especializada, o tão falado "*head hunter*" não diz muito, tendo em vista que, de um lado, há pouca transparência na contratação de tal "prestador de serviço" e, de outro, é sabido que esses ditos "especialistas" buscam seus indicados em várias fontes, inclusive e muito provavelmente de indicações de todos os tipos e origens.

O fato da nova diretora, ser oriunda de uma empresa de auditoria - Deloitte - em nada nos tranquiliza. Empresas de Auditoria são órgãos políticos, empresas de controle que nada controlam. Se não fosse assim, como explicar o papel das auditorias no caso do escândalo da Enrol, na crise de energia do Texas, o caso do Banco Leman Brothers na crise financeira de 2008, ou os casos do HSBC e da Vale, pra falar do Brasil. Sem contar, ainda, com o caso da Petrobras, em que os suspeitos processos da Lava Jato apontaram irregularidades em superfaturamento de contratos que não

¹ Ver "Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance". William Lazonick & Mary O'Sullivan.

havia sido identificados pelo auditor externo.

Ademais, a Deloitte é uma empresa que vem ocupando espaço dentro da Eletrobrás a muito tempo, principalmente na gestão do Pinto Junior, tendo vários contratos de consultoria com a empresa. A maioria sem licitação. Contratação direta, como se fosse a Eletrobrás o boteco da esquina. Recentemente assinou um contrato de apoio ao Projeto de Estrutura Organizacional – Dimensionamento do Quadro Quali-Quantitativo – 2ª Fase. Aliás, a diretora anterior também era oriunda dessa mesma empresa. Então, demonstra-se notório conflito de interesse. Por mais que julguem ser legal, é imoral, é anti-ético.

Outro fato preocupante é que essa nomeação ocorre em meio a um processo de terceirização silenciosa que a diretoria vem empurrando na Eletrobrás e suas empresas. Atualmente as instalações da Eletrobrás estão sendo ocupadas por empresas terceirizadas, a ponto de seus colaboradores não reconhecerem mais seus colegas nos elevadores. Ou seja, enquanto a Eletrobrás demite empregados concursados, as consultorias vão ganhando espaço dentro da empresa em uma manobra pouco ética e perigosa, na medida em que parte do conhecimento adquirido que deveria ficar na empresa vai passando para consultorias externas.

Portanto, fica claro a estratégia da gestão Pinto Junior de implementação de uma terceirização silenciosa do quadro de pessoal, não valorização do conhecimento acumulado, piora das relações de trabalho do quadro remanescente e foco único para a

maximização dos recursos para os acionistas privados.

Antes de finalizar, cabe aqui uma reflexão: notoriamente, em determinados momentos, a depender da situação da empresa e da conjuntura nacional e mundial, cabe a criação de uma diretoria específica. Exemplo disso foi a importância da área jurídica da empresa em período recente, que ensejou torná-la em diretoria jurídica. Passada a necessidade ou superado os problemas, ela foi extinta.

Da mesma forma, não há mais necessidade de uma diretoria específica para tratar de assuntos pertinentes às diretorias já existentes e à própria presidência. A onda passou.

Ademais, por que manter estes custos tão elevados em um momento em que a empresa e o Conselho de Administração falam em alto e bom som que uma das metas é baixar custos, trabalhar com probidade? Até porque os grandes escândalos de corrupção recentes no país provaram que a corrupção que se quer buscar vem da Alta Administração, não alcançada pela tão malfadada Diretoria de Conformidade da Eletrobrás.

Para encerrar: a Conformidade para o público interno (empregados) não precisa de Diretoria. Já a Conformidade para a Alta Administração, que é a mais importante, tem que estar ligada diretamente ao acionista (Conselho de Administração). **Não pode ser subordinada ao presidente da empresa.**

Nessas nossas “boas-vindas” à senhora Camila Araújo, nova diretora, esperamos sinceramente que ela não corresponda as nossas expectativas, que são bastante negativas.

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 1º de julho de 2020.

Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

